



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e
Direitos Humanos
Secretaria Adjunta de Trabalho

**CONTRATO Nº 17/2016 - A, OBJETIVANDO A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FINANCEIRO PARA
OPERACIONALIZAÇÃO DOS EMPRESTIMOS E
FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS COM RECURSOS
DO FUNDO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
FUNGER/DF, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 02/2002.**

PROCESSO nº 430.000.661/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O DISTRITO FEDERAL, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL** doravante denominada CONTRATANTE, com sede na SEPN 515, Bloco A, Lote 01, 4º andar, CEP: 70.770 – 501, nesta Capital, CNPJ nº 04.251.080/0001-09, representada por **THIAGO JARJOUR**, brasileiro, residente e domiciliado nesta Capital, portador do RG Nº 1531-794 SSP/DF, CPF Nº 007.164.981-62, na qualidade de Secretário Adjunto do Trabalho, com delegação de competência prevista na Portaria Nº 09, de 02 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 25, de 05/02/2015, e nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e de outro lado, o **BANCO DE BRASÍLIA S.A**, na qualidade de Agente Financeiro do DF, com competência prevista na Lei Orgânica, doravante denominado simplesmente **BRB**, instituição financeira de economia mista, com sede em Brasília - DF, no SBS - Quadra 01, Bloco "E", Ed. Brasília, 3º andar, inscrito sob o CNPJ/MF sob o nº 00.000.208/0001-00, neste ato representado por seu Diretor de Governo e Produtos, **NILBAN DE MELO JÚNIOR**, portador do CPF nº 238.632.691-87 e CI nº 685.044 SSP/DF, resolvem, por mútuo e comum acordo, firmar o presente instrumento, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/94, 9.648/98 e Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2005, alterada pela Lei Complementar 868 de junho de 2013, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O contrato obedece aos termos da Lei nº 8.666/93, de acordo com o seu Art. 25 c/c Art. 26 e está amparada pelo Decreto nº 25.745 de 11 de abril de 2005, alterado pelo Decreto, nº 34.720, de 7 de outubro de 2013, que regulamentam a Lei Complementar 704 de 18 de janeiro de 2005, que cria o FUNGER/DF e a Lei Complementar 868 de 11 de junho de 2013, e no Termo de Referência parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços financeiros para operacionalização





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e
Direitos Humanos
Secretaria Adjunta de Trabalho

dos empréstimos e financiamentos concedidos com recursos do Fundo de Geração de Emprego e Renda – FUNGER/DF.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Recursos Financeiros e da Classificação Orçamentária

4.1 O valor orçamentário destinado à concessão de empréstimos e financiamentos concedidos com os recursos do FUNGER/DF, a ser operacionalizado e intermediado pelo BRB, está estimado em R\$ 10.671.777,00 (dez milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e setenta e sete reais) procedentes do orçamento do DISTRITO FEDERAL, para o ano de 2016, nos termos da Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo Primeiro – Os recursos mencionados no caput desta Cláusula serão oriundos do FUNGER/DF, ou de outras fontes previstas no art. 2º da Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2005, alterada pela Lei Complementar 868 de 11 de junho de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 25.745, de 11 de abril de 2005, alterado pelo Decreto, nº 34.720, de 7 de outubro de 2013.

Parágrafo Segundo – Os recursos alocados pelo Distrito Federal, bem como o resultado das aplicações deste Contrato, devem ser incluídos no orçamento do Distrito Federal, identificando a sua origem. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- Unidade Orçamentária: 25.902 – FUNDO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;
- Programa de Trabalho: 11.122.6001.4220.0013
- Natureza da Despesa: 339039;
- Fonte de Recursos: 123;

4.2 O empenho inicial é de R\$ 56.637,00 (cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e sete reais), conforme Nota de Empenho nº 2016NE00041, emitida em 08/07/2016, sob o evento nº 400091, na modalidade estimativa;

CLÁUSULA QUINTA – Das Regras do Programa de Empréstimos e Financiamentos com Recursos do FUNGER/DF

Os prazos de pagamento, carência, valores, modalidades, taxas e condições para concessão obedecerão à legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA – Do Valor

O valor anual do Contrato é estimado em R\$ 56.637,00 (cinquenta e seis mil seiscentos e trinta e sete reais).

| Itens | Resumo | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total* |
|-------|--------------------|-------------------|------------|----------------|--------------|
| 1.1 | Liberação de Novos | Por Contrato | 2.000 | R\$ 1,92 | R\$ 3.840,00 |





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e
Direitos Humanos
Secretaria Adjunta de Trabalho

| | Empréstimos | Liberado | | | |
|-----|---|---------------|--------|----------|---------------|
| 1.2 | Serviço de Proteção ao Crédito | | | | |
| 1.3 | Consulta por CPF ou/e CNPJ. | Por Consulta. | 9.000 | R\$ 4,71 | R\$ 42.390,00 |
| 1.4 | Inclusão no Cadastro de Proteção ao Crédito | Por Inserção | 1.500 | R\$ 6,00 | R\$ 9.000,00 |
| 1.5 | Exclusão do Cadastro de Proteção ao Crédito | Por Exclusão | 300 | R\$ 0,77 | R\$ 231,00 |
| 1.6 | Confeccionar Aditivos Contratuais | Por Aditivo | 300 | R\$ 2,00 | R\$ 600,00 |
| 1.7 | Efetivação das renegociações | Por Aditivo | 300 | R\$ 1,92 | R\$ 576,00 |
| | | Total | 13.400 | | R\$ 56.637,00 |

* Anual

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Reajuste

Os valores contidos na cláusula sexta serão reajustados a cada 12 meses da assinatura deste, com base na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Parágrafo Único – Se necessário, o contrato poderá ser alterado em razão de desequilíbrio econômico-financeiro, desde que presente as hipóteses legais.

CLÁUSULA OITAVA– Do Pagamento

O Agente Financeiro receberá, mensalmente, a título de ressarcimento das despesas operacionais o valor correspondente aos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - O pagamento da remuneração do agente financeiro será efetuado mensalmente conforme as normas de execução orçamentária, financeira e contábil do Governo do Distrito Federal e ocorrerá, imprerivelmente, até 15 (quinze) dias corridos após o aceite do recibo apresentado pelo contratado.

Parágrafo Segundo- Havendo atraso no pagamento, o valor devido será reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo– IPCA até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA NONA – Das Obrigações das Partes

9.1 Compete à SEDESTMIDH:





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e
Direitos Humanos
Secretaria Adjunta de Trabalho

- I. Cumprir fielmente o contrato de modo que o BRB possa realizar os serviços com esmero e perfeição.
- II. Proporcionar os recursos técnicos necessários para que o BRB possa executar os serviços conforme as especificações acordadas.
- III. Conceder acesso aos técnicos do BRB às instalações onde estejam previstas a execução dos serviços ordenados.
- IV. Designar servidor ou equipes de servidores para coordenar e fiscalizar o contrato.
- V. Exercer a fiscalização do contrato quanto à execução dos serviços, levantando sempre que possível as medidas necessárias à regularização dos problemas observados, mediante notificação ao BRB.
- VI. Efetuar os pagamentos devidos dentro dos prazos contratados.
- VII. Manter histórico documentado dos motivos que resultaram em aplicação de penalidades.
- VIII. Disponibilizar estações de informática nos pontos de atendimento do Programa de Microcrédito com recursos do FUNGER/DF, para acesso exclusivo aos sistemas utilizados nas operações de microcrédito.
- IX. Encaminhar ao BRB a relação dos proponentes ao crédito e coobrigados para consulta cadastral no órgão de proteção ao crédito.
- X. Emitir e entregar aos proponentes os contratos dos empréstimos e financiamentos aprovados pelo Comitê de Crédito do FUNGER/DF.
- XI. Encaminhar ao BRB os contratos devidamente assinados para efetivar as contratações e liberação dos recursos para os tomadores de crédito com recursos do FUNGER/DF.
- XII. Manter sob guarda os contratos de empréstimos e financiamentos efetivados.
- XIII. Proceder a renegociação de contratos inadimplentes e encaminhá-los ao BRB para a efetivação dos mesmos.
- XIV. Disponibilizar, sempre que solicitado pelo BRB, material publicitário referente ao Programa;
- XV. Submeter ao Conselho de Administração do FUNGER/DF, anualmente, a prestação de contas apresentada pelo BRB e da gestão dos recursos;





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e
Direitos Humanos
Secretaria Adjunta de Trabalho

- XVI. Supervisionar a execução do contrato;
- XVII. Remeter ao Conselho de Administração do FUNGER/DF, a prestação de contas apresentada pelo BRB, na forma e periodicidade descrita na cláusula décima primeira;
- XVIII. Receber de forma definitiva as faturas e as informações das etapas de execução do Programa.

9.2 Compete ao BRB:

- I. Cumprir as atividades especificadas nesse Contrato com habilidade e esmero, assumindo total e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento integral do objeto da contratação;
- II. Garantir a execução dos serviços, objetos desse Contrato sem interrupção, substituindo, em caso de necessidade e sem ônus para a SEDESTMIDH, quaisquer recursos que se façam necessários;
- III. Estabelecer relação harmoniosa com os Técnicos da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, promovendo sinergia no desenvolvimento das atividades e buscando a excelência no atendimento dos usuários da SEDESTMIDH e da sociedade, resguardada a independência necessária para a execução das atividades;
- IV. Administrar, coordenar e avaliar, sob sua responsabilidade, os profissionais alocados aos serviços desta contratação, obrigando-se também por todos os tributos, encargos, incluindo todo e qualquer valor rescisório, além de todas as taxas que gravem seu ramo de atuação;
- V. Manter equipe técnica dimensionada de forma a atender as solicitações dentro dos prazos necessários, dos cronogramas estabelecidos e para o perfeito funcionamento dos serviços objeto do contrato;
- VI. Utilizar profissionais capacitados e habilitados para os serviços contratados, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança, eficiência, correndo por sua conta todas as despesas com salários, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, seguros, além de capacitações complementares sempre que se fizer necessário;
- VII. Comunicar à SEDESTMIDH qualquer alteração na composição da equipe, a





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e
Direitos Humanos
Secretaria Adjunta de Trabalho

partir do momento da formalização do processo de desligamento ou contratação;

- VIII. Prestar, sempre que requerido pela SEDESTMIDH, informações relativas aos serviços prestados e esclarecimentos solicitados;
- IX. Dar ciência imediata e formalmente de qualquer anormalidade ou fato extraordinário que for verificado durante a execução dos serviços;
- X. Participar das atividades de divulgação do Programa de Microcrédito com recursos do FUNGER/DF, disponibilizando as informações necessárias em suas agências, desde que autorizado pela área de marketing do BRB;
- XI. Garantir o monitoramento sistemático das operações de empréstimos e financiamentos realizadas com recursos do FUNGER/DF;
- XII. Liberar os recursos referentes às operações de crédito, nas condições aprovadas pelo Comitê de Crédito do FUNGER/DF, observando o encaminhamento até às 14 horas para a liberação no mesmo dia, e após esse horário com a liberação no dia útil seguinte;
- XIII. Manter registro das operações de crédito e da movimentação financeira dos recursos do FUNGER/DF;
- XIV. Remeter mensalmente ou a requerimento da SEDESTMIDH, até o 5º (quinto) dia útil do mês ulterior, relatórios operacionais e gerenciais de acompanhamento da movimentação financeira dos recursos do FUNGER/DF;
- XV. Proceder à consulta cadastral dos proponentes aos créditos e coobrigados, mediante solicitação da SEDESTMIDH no órgão de proteção ao crédito;
- XVI. Proceder à negativação, mediante solicitação da SEDESTMIDH, com a confirmação das informações cadastrais dos tomadores e coobrigados inadimplentes no órgão de proteção ao crédito e excluí-los imediatamente após a regularização dos débitos;
- XVII. Efetivar os aditivos dos contratos renegociados pela SEDESTMIDH;
- XVIII. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Contrato;
- XIX. Emitir relatório de prestação de contas dos contratos que foram aprovados e tiveram suas liberações efetivadas e das não efetivadas no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data prevista de sua celebração, bem como restituir à



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e
Direitos Humanos
Secretaria Adjunta de Trabalho

conta corrente do FUNGER/DF, o valor total dos contratos não efetivados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, sob pena de ser inscrito na conta "Diversos Responsáveis".

- XX. Efetuar estorno das tarifas de cadastro ou manutenção das contas bancárias abertas com a finalidade de recebimento dos recursos do microcrédito, caso o tomador não tenha interesse em manter a conta bancária. As tarifas serão devidas se o tomador não solicitar ao Banco o encerramento da conta após o recebimento do recurso.

Parágrafo Primeiro – Compete ao FUNGER/DF assumir os riscos operacionais decorrentes dos empréstimos e financiamentos concedidos.

Parágrafo Segundo – A SEDESTMIDH autoriza o BRB a utilizar o CNPJ da Secretaria para a consulta cadastral, inclusão e exclusão dos tomadores e coobrigados inadimplentes no órgão de proteção ao crédito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Do Sigilo e da Confidencialidade das Informações

Compete à SEDESTMIDH:

I. Manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, que venha a ser, a partir desta data, fornecida pelo BRB à CONTRATADA de forma escrita, verbal ou de outro modo, devendo sempre tratá-la como informação sigilosa, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo BRB;

II. Não revelará, reproduzirá, utilizará, copiará ou dará conhecimento, em hipótese alguma a terceiros, bem como não permitirá que nenhum de seus diretores, empregados e/ ou prepostos faça uso das informações fornecidas pelo BRB de forma diversa da execução do objeto do Contrato, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações;

III. Cientificará seus diretores, empregados e/ ou prepostos da existência das obrigações referentes a Sigilo e Confidencialidade das Informações, devendo tomar todas as medidas de cautela cabíveis a fim de mantê-las em sigilo absoluto;

IV. Não tomará qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos às informações que venham a ser reveladas;

Parágrafo Primeiro - As obrigações relacionadas ao sigilo das informações constituem acordo entre as PARTES e tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data da revelação das informações até 5 (cinco) anos após o término do objeto do Contrato.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e
Direitos Humanos
Secretaria Adjunta de Trabalho

Parágrafo Segundo - A quebra de sigilo profissional, devidamente comprovada, sem autorização expressa do BRB, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre as PARTES, sem ônus para o BRB. Neste caso, a SEDESTMIDH estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo BRB, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Documentos

Parágrafo Único - Os documentos comprobatórios das despesas realizadas, assim como os processos dos contratados do Programa do FUNGER/DF, deverão ser arquivados pela SEDESTMIDH, em ordem cronológica, onde ficarão à disposição dos órgãos de controle do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– Da Prestação de Contas

12.1 A prestação de contas mensal do BRB para a SEDESTMIDH deverá ser acompanhada da seguinte documentação:

- I. Relatório analítico contendo contratos liberados e não liberados no período;
- II. Demonstrativo dos custos operacionais com o programa do FUNGER/DF, inclusive os realizados com o órgão de proteção ao crédito;
- III. Fatura referente às despesas operacionais, prevista na Cláusula Quinta.

Parágrafo Único – O BRB encaminhará a documentação contida nesta cláusula à SEDESTMIDH até o quinto dia útil do mês subsequente ao de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– Da Vigência

O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por iguais períodos, se não houver denúncia de uma das partes até a data de seu vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– Da Alteração

Os participantes poderão propor alterações em qualquer das cláusulas contratadas, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo, desde que tal interesse seja manifestado formalmente, previamente, por uma das partes, a qualquer tempo, antes do término de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Das Penalidades

O BRB, em caso de atraso, inexecução total ou parcial do presente contrato, garantida prévia defesa, estará sujeito às penalidades previstas nos Art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, bem como, o disposto no Decreto nº. 26.851 de 30/05/2006, alterado pelo Decreto nº. 26.993 de 12/07/2006.

Parágrafo Primeiro – Pelo descumprimento de quaisquer das obrigações constantes deste contrato, será cobrada multa no percentual de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e
Direitos Humanos
Secretaria Adjunta de Trabalho

dia, sobre o valor do pagamento do serviço prestado do mês que deu origem à obrigação. O montante a ser aplicado como multa, será calculado até o dia do efetivo pagamento, inclusive, excluindo-se da contagem o dia inicial.

Parágrafo Segundo – As sanções previstas no caput e no Parágrafo Primeiro desta Cláusula poderão ser aplicadas, individual ou cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. A ausência de manifestação neste prazo caracterizará a concordância com a multa aplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da Rescisão

- a) A inexecução total ou parcial deste contrato, por parte do BRB, assegurará à SEDESTMIDH o direito de rescisão nos termos do art. 77 da Lei nº. 8.666/93, bem como nos casos citados no art. 78 assegurados o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito
- b) O contrato poderá ser rescindido de comum acordo, que será reduzido a termo nos autos, desde que haja conveniência para a Administração, na forma do art. 79, II, da Lei nº. 8.666/93.
- c) Fica rescindido o presente, em caso de descontinuidade do contrato acessório 17B, objeto do processo nº 430.000.657/2015.

PARÁGRAFO ÚNICO – A rescisão do contrato, nos termos do art. 79 da Lei nº. 8.666/93, poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVI do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo Contrato ou Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Dos Prazos

As atividades previstas neste contrato terão início imediatamente após a sua assinatura.

Parágrafo Primeiro – Os prazos da execução e da conclusão do objeto deste contrato estão estabelecidos no Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Das Omissões

Os casos omissos serão resolvidos pelas partes, observada a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Da Publicação

A SEDESTMIDH providenciará, às suas expensas, publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, do extrato do presente contrato, no prazo e na forma previstos na legislação pertinente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Do Foro

I - Fica eleito o foro da cidade de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente contrato.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e
Direitos Humanos
Secretaria Adjunta de Trabalho

II - Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção, no telefone 0800-6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012).

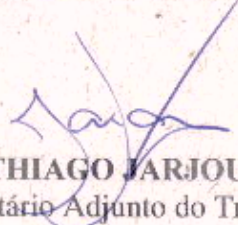
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Das Disposições Gerais

Fica prevista e autorizada a utilização da marca do BRB - Banco de Brasília, sem ônus adicional para o Banco, nos materiais de divulgação do Programa objeto deste contrato, mediante a prévia validação da aplicação da marca, pelo Banco de Brasília.

E por estarem, assim, justas e convencionadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, que também o subscrevem, para que produza os efeitos de direito.

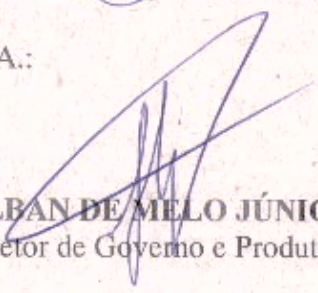
Brasília, 30 de agosto de 2016.

Pelo Distrito Federal:


THIAGO JARJOUR

Secretário Adjunto do Trabalho

Pelo BRB – Banco de Brasília S.A.:


NILVAN DE MELO JÚNIOR
Diretor de Governo e Produtos

